

Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna: estudo sobre a acumulação primitiva de capital

PEDRO ROCHA DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro; São Paulo: Editora PUC Rio; Edições Loyola, 2018, 304p.

*Daniela Costanzo**

Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna é resultado de pesquisa histórica de Pedro Rocha de Oliveira, professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). O livro busca compreender os mecanismos de expropriação, mercantilização e concentração de poder na origem do sistema capitalista, identificada pelo autor na Inglaterra do final do século XV até o começo do XVII.

O livro é organizado em cinco capítulos mais introdução, conclusão e um trecho inicial sobre a Inglaterra do final do século XV. Antes de começar a exposição do seu objeto, o autor faz algumas considerações sobre ele. Em primeiro lugar, afirma que o trabalho não é uma tese marxista sobre um conceito de Marx ou questões técnicas do marxismo, como o tema da acumulação primitiva poderia levar a crer. O que se quer é analisar as fontes e evidências documentais cotejando-as com as diversas abordagens, marxistas e não marxistas, não para testá-las, mas para revelar o potencial cognitivo do marxismo por contraste e através da sua aplicação na interpretação da realidade. Outra ressalva é que não se trata de um livro sobre a história da Inglaterra, dado que a partir deste país se quer apenas entender a origem do capitalismo e não os detalhes historiográficos ingleses.

* Doutoranda em Ciência Política na USP. E-mail: danicosper@gmail.com

A escrita do autor é bastante didática, assim como sua preocupação em expor todos os conceitos, pressupostos e fontes utilizadas. Oliveira busca nivelar o conhecimento de seus leitores para que possam compreender melhor a matéria do livro e, de certa forma, seguir junto com o autor o caminho até a compreensão do objeto.

No primeiro capítulo, o autor caracteriza a estrutura da sociedade inglesa da época, passando pelos camponeses, a aristocracia, a Coroa, a igreja e as cidades, para ao final falar das origens do capitalismo nessa sociedade. É nesse período, no século XVI, que as formas de monetarização da vida social começam a se intensificar. Isto é, a produção não era mais apenas para subsistência, as terras já eram monetizadas de alguma forma e as cidades estavam crescendo em ritmo acelerado para os parâmetros da época, demandando ainda mais a comercialização de alimentos. Outro processo importante ressaltado no capítulo é a influência direta da Coroa inglesa na vida social, o que não era comum nas outras monarquias europeias à época.

Como o autor define a sociedade produtora de mercadorias como aquela em que a agricultura de subsistência foi inviabilizada, é importante reter, do primeiro capítulo, que existiam diversas formas de posse e uso de terras no final do século XV. Apesar do uso da terra ser pago em dinheiro desde o século XIII na Inglaterra, havia a possibilidade dos camponeses usarem os campos de cultivo comum (*commonfield*). As relações feudais já não existiam mais, a não ser em regiões muito pequenas do país.

No capítulo dois, o autor narra a separação do camponês em relação à terra, causada, sobretudo, pelo crescimento da manufatura rural com a produção de lã, movida por interesses ingleses em realizar trocas mercantis com o exterior. Tal expansão teve como consequência a redução de terras para a agricultura de subsistência, que passaram a ser destinadas aos pastos e, dessa maneira, houve a redução também do número de famílias necessárias em cada pedaço de terra. Com esse processo, uma crescente concentração de terras aconteceu ao longo dos séculos XVI e XVII e as famílias que antes viviam da agricultura de subsistência se transformaram em trabalhadores assalariados no campo ou migrantes. A peculiaridade importante desse processo é que o novo setor social advindo dele, concentrador das atividades mercantis e da terra, é o mesmo que já tinha privilégios políticos com a coroa desde os séculos anteriores. Ou seja, era parte da aristocracia, mas agora ela atrelava seu poder político ao poder econômico.

Esse assunto, da relação entre a aristocracia e a Coroa, é abordado com mais profundidade no capítulo três, quando o autor trata das mudanças que aconteceram com o Estado no período estudado. Ao final do século XV, a relação entre aristocracia e Coroa era de dependência, pois as terras que a aristocracia acessava e controlava eram conquistadas e mantidas por intermédio da relação direta com o monarca. Este, por sua vez, dependia dos serviços prestados pelos aristocratas de forma descentralizada nessas terras, como a administração delas, a coleta de impostos e o funcionamento de tribunais. Essa troca possibilitava a ampliação da

rede de favores e lealdades da Coroa e se expressava também no funcionamento do parlamento inglês no período em questão.

O esquema de relações entre aristocracia e Coroa começa a mudar quando a posse da terra deixa de ser central e a produção e circulação de mercadorias passa a ser a moeda de troca entre as duas camadas sociais, visto que essas funções passam a ser mais importantes e a Coroa detinha o poder de autorizar atividades comerciais e industriais, muitas em forma de monopólio. Ao longo do século XVI, a Coroa começa a cobrar pagamentos regulares como condição para os negócios continuarem funcionando, em uma espécie de taxação paralela e passa a centralizar as atividades e os equipamentos militares, com pagamentos em dinheiro à aristocracia, além de aumentar seu controle sobre as terras e sobre a justiça. Ou seja, o que se expõe é a formação do Estado moderno em oposição ao antigo Estado feudal.

Todavia, a expansão do poder e controle por parte do Estado trouxe consequências ruins para os setores mais pobres da sociedade. Com a separação da terra, uma nova categoria de pauperizados surge, daqueles que têm capacidade de trabalhar mas não têm emprego. O Estado passa a criminalizá-los, impondo a eles o trabalho forçado, mutilações e punições físicas. Todas essas mudanças na sociedade inglesa não aconteceram sem resistências dos setores sociais atingidos. No capítulo quatro o autor mostra como se davam as revoltas das camadas menos privilegiadas da sociedade inglesa, as quais eventualmente recebiam apoio dos fazendeiros e comerciantes. As revoltas aconteceram desde períodos anteriores, feito os séculos XIII e XIV, e duraram até o século XVI; porém, neste último momento histórico, elas se intensificaram e eram caracterizadas sobretudo por pequenos levantes populares contra propriedades, para se apropriar de alimentos ou contra o cercamento dos campos, por exemplo. Mas a repressão do Estado conteve as revoltas utilizando coibição militar e endurecendo a legislação.

Por fim, o autor mostra como a colonização foi importante no processo de modernização, uma vez que expandia a produção de mercadorias e consolidava a força do Estado inglês. A violência foi marca deste processo, pois envolvia o extermínio de populações originárias dos locais colonizados. Essa dinâmica, junto com as outras observadas para o período nos capítulos anteriores, leva o autor a formular a ideia da modernidade como uma integração entre centro e periferia, definidos a partir de critérios econômico-administrativos, nos quais a periferia é gerida e tem seus desenvolvimentos determinados a partir do centro, o qual, por sua vez, domina a administração e o investimento do capital.

Desta feita, o livro é um instrumento de especial interesse para entender a fundo como aconteceu o processo de acumulação primitiva no centro do capitalismo, principalmente no que diz respeito à participação do Estado e à violência envolvidas nesse processo. No Brasil, a literatura sobre o tema tende a ser pouco atualizada ou muito especializada, de forma que o livro que temos em mãos cumpre também a função de deixar acessível em língua portuguesa debates recentes baseados em novos dados encontrados até então apenas em inglês.